

Projeto BRA/12/G31

Planejamento Nacional da Biodiversidade para Apoio à Implementação do Plano Estratégico da CDB 2011-2020 no Brasil

Consultora: Agnes L. Velloso

Produto 1 - Relatório de análise dos materiais relacionados aos Diálogos sobre Biodiversidade e ao Plano de Ação Governamental; e proposta metodológica para elaboração da Estratégia Nacional de Biodiversidade e de abordagem do Plano de Ação.

Brasília, 14 de junho de 2015

Produto 1

Relatório de análise dos materiais relacionados aos Diálogos sobre Biodiversidade e ao Plano de Ação Governamental; e proposta metodológica para elaboração da Estratégia Nacional de Biodiversidade e de abordagem do Plano de Ação.

1. Processo dos Diálogos sobre Biodiversidade

Histórico

Em cumprimento aos compromissos nacionais com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Brasil definiu Metas Nacionais de Biodiversidade, atualmente em seu segundo ciclo. No primeiro ciclo de Metas, com o prazo de 2010, o processo foi coordenado pela Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), que é a instância multi-setorial deliberativa e consultiva que coordena a implementação dos compromissos nacionais com a CDB.

Naquele primeiro ciclo, um conjunto de 51 Metas Nacionais foi definido, resultante de um seminário organizado pela CONABIO. Além dos 20 membros da própria Comissão, o evento (*Workshop para Definição das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010*) contou com a participação de 30 palestrantes e outros especialistas da academia e da sociedade civil, além de representantes das diversas Secretarias do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e das agências vinculadas ao MMA. As 51 metas foram aprovadas pela Resolução CONABIO nº 3, de dezembro de 2006.¹

Entretanto, conforme reportado no 4º Relatório Nacional para a CDB, embora importantes avanços tenham sido obtidos até 2010 para algumas daquelas metas, desafios significativos permaneceram com relação a grande parte das 51 metas. Dentre os desafios, foi identificado que a revisão das metas nacionais de biodiversidade, bem como a revisão e atualização da Estratégia e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade (EPANB) deveriam envolver um número maior de atores e lideranças. Ainda, que a EPANB deveria ser estabelecida por meio de um instrumento legal forte, tal como uma lei ou decreto, e que deveria incluir mecanismos de monitoramento e cumprimento das metas.

Em resposta a essas recomendações, em 2011 o MMA, em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, o Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ e o Fundo Mundial para a Natureza – WWF-Brasil, iniciou um processo conhecido como “*Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020*”. Esse processo buscou aumentar a participação de todos os setores (academia, indústria, governos, organizações não-governamentais, comunidades locais e povos indígenas) na construção das novas metas nacionais de biodiversidade para o ciclo 2011-2020. O processo foi orientado pela intenção de aprimorar a metodologia e o produto resultante, de forma a não repetir as falhas do ciclo anterior que levaram ao baixo desempenho no alcance das metas nacionais, fato observado também na maioria dos demais países signatários da Convenção. Com base na Visão de Futuro para 2050 da CDB², os Diálogos buscaram, portanto, construir um conjunto mais

¹ Lemos, CMY. 2011. Dialogue on biodiversity: Building the Brazilian Strategy for 2020. Aichi Targets Newsletter 2011, Volume 1, Issue 2, page 5. www.cdb.int

² O Plano Estratégico 2011-2020 da CDB estabelece como Visão de Futuro para 2050: “*viver em harmonia com a natureza onde, em 2050, a biodiversidade é valorada, conservada, restaurada e utilizada com sabedoria, mantendo os serviços ecossistêmicos, sustentando um planeta saudável e produzindo benefícios essenciais a todas as pessoas*”.

focado de metas, passíveis de monitoramento, compatíveis com as metas globais e condizentes com a realidade e a capacidade nacional. Os Diálogos colaboraram também para a construção do plano de ação e demais elementos necessários para o estabelecimento de um arcabouço legal para a EPANB, que até o momento (2015) continua sendo um conjunto de políticas sem coordenação específica que torne mais eficiente o alcance dos objetivos da CDB.

Governança do processo³

Para lidar com a complexidade do processo, devido à variedade de setores e ao grande número de participantes envolvidos, as instituições organizadoras (MMA, UICN, IPÊ, WWF-Brasil) optaram por criar uma estrutura abrangente de governança, envolvendo representantes de todos os setores envolvidos, que foram organizados em dois níveis. Um nível mais operacional foi organizado em cinco **comitês setoriais**, responsáveis por apoiar ativamente a organização dos Diálogos entre seus respectivos pares. Esses comitês setoriais auxiliaram na definição da lista de convidados para os eventos e dos expositores, bem como nas discussões para definição da metodologia e dinâmica dos encontros e dos produtos a serem gerados. O segundo nível, mais gerencial, foi constituído por um **comitê ampliado**, composto por um grupo menor de representantes de cada setor e das instituições organizadoras. O comitê ampliado era responsável pelas definições estratégicas do processo dos Diálogos.

Além das quatro instituições organizadoras, outras 19 instituições compunham o comitê ampliado:

- (i) Academia: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Associação Brasileira de Ciências – ABC.
- (ii) Setor privado: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS; Confederação Nacional da Indústria – CNI; Movimento Empresarial pela Biodiversidade – MEB.
- (iii) Governos: Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; Ministério do Planejamento – MP.
- (iv) ONGs: Conservação Internacional – CI; Instituto Direito por um Planeta Verde – IDPV; Instituto Socioambiental – ISA; Fundação Grupo Boticário de Proteção da Natureza – FBPN; Rede de ONGs da Mata Atlântica; Associação de Preservação do meio Ambiente e da Vida – APREMAVI; Diálogos Florestais; Fundação Vitória Amazônica – FVA.
- (v) Povos indígenas e comunidades locais: Comitê Intertribal; Instituto Indígena para Propriedade Intelectual – INBRAPI; Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; Via Campesina; Articulação Pacari.

O apoio financeiro para a realização dos Diálogos foi fornecido pelo MMA, pelo Ministério de Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido (DEFRA) e pelo Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II).

Execução do processo

De abril de 2011 a maio de 2012 foram realizados 12 eventos nacionais, com a participação de mais de 280 instituições e 400 pessoas. O conjunto de documentos produzido nesses eventos foi também disponibilizado para uma consulta pública virtual, ampliando a participação da sociedade. Os eventos reuniram os diversos setores da

³ Machado, FS et al., 2012. Metas Brasileiras de Biodiversidade para 2020: exemplo de construção participativa no marco da Convenção de Diversidade Biológica – CDB/ONU. Brasília: UICN, WWF-Brasil e IPÊ, 24p.

sociedade brasileira mencionados acima e, conforme relatado pelas instituições organizadoras, o processo dos Diálogos foi conduzido de acordo com os seguintes passos⁴:

- (a) Produção e publicação de um documento contextualizador intitulado “*Biodiversidade Brasileira: Análise de Situação e Oportunidades*” (UICN *et al.*, 2011), com o objetivo de servir como documento base a todo o processo, iluminando as situações que permeiam o conjunto de ações relativas à conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira. Esse documento facilitou a visualização da situação e das oportunidades para todos os setores envolvidos na construção das metas brasileiras.
- (b) Lançamento dos Diálogos sobre Biodiversidade em um Seminário Nacional, com a presença das lideranças do MMA e DEFRA (Department for Environment, Food and Rural Affairs, do Reino Unido), representante do MRE - Ministério das Relações Exteriores e outras autoridades.
- (c) Organização e publicação de um documento pragmático, intitulado “*Metas de Aichi: situação atual no Brasil*” (Weigand Jr. *et al.*, 2011), com o objetivo de mostrar uma análise da situação do país com relação a cada uma das 20 Metas Globais de Aichi para 2020, e apontar questões e caminhos para o seu alcance. O documento foi um dos subsídios essenciais na preparação dos representantes setoriais para sua participação nos eventos dos Diálogos.
- (d) Condução de quatro eventos preparatórios com: (i) povos indígenas; (ii) raizeiros e raizeiras do Cerrado; (iii) comunidades locais da Amazônia; e (iv) representantes de governos estaduais de todos os biomas.
- (e) Realização de cinco diálogos setoriais para discussão e sugestão de metas nacionais de biodiversidade, com: (i) setor empresarial; (ii) academia e centros de pesquisa; (iii) organizações da sociedade civil; (iv) diferentes ministérios e governos estaduais; e (v) comunidades tradicionais e povos indígenas. Adicionalmente, o setor empresarial conduziu uma discussão de aprimoramento de suas decisões, encaminhando as deliberações ao MMA.
- (f) Recolhimento, durante os diálogos setoriais, de sugestões da sociedade brasileira quanto aos elementos centrais a serem incluídos em um futuro instrumento legal que traduzisse nacionalmente as metas globais de biodiversidade para 2020. Cada diálogo setorial gerou 5 documentos contendo metas e submetas nacionais de biodiversidade para 2020, bem como submetas intermediárias para serem alcançadas até 2013 e 2017.
- (g) Sistematização dos 25 documentos com contribuições dos diálogos setoriais na forma de uma matriz com metas e submetas nacionais. Esse documento foi chamado de “*Documento base da consulta pública*”. Essa consolidação foi feita de maneira que as metas propostas pelos setores fossem mantidas tal como foram propostas fazendo, quando necessário, ajustes para agrupar metas muito semelhantes. Outro exercício feito nesse momento foi o de analisar se cada meta proposta era de fato uma meta ou uma ação ou atividade: buscou-se focar nas metas finalísticas, deixando para incorporar no Plano de Ação as demais propostas de ações estratégicas, condições, parceiros e indicadores.
- (h) Lançamento de uma consulta pública *on line* (19 de dezembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012) aos resultados completos dos cinco eventos dos diálogos –

⁴ Machado, FS *et al.*, 2012. Metas Brasileiras de Biodiversidade para 2020: exemplo de construção participativa no marco da Convenção de Diversidade Biológica – CDB/ONU. Brasília: UICN, WWF-Brasil e IPÊ, 24p.

consolidados no *Documento base da consulta pública*, com acompanhamento e compilação final das contribuições recebidas.

- (i) Realização de um evento com o comitê ampliado, composto por organizações de todos os setores, para avaliar os resultados da consulta pública e integrá-los ao *Documento base da consulta pública*, preparando uma minuta de documento final.
- (j) Realização de um evento final com todos os setores envolvidos no processo dos Diálogos para discussão da minuta de documento final. Esse evento produziu um documento final com uma proposta de 20 metas brasileiras de biodiversidade para 2020.
- (k) Apresentação, na Rio+20, da proposta de 20 metas resultante do trabalho dos Diálogos sobre Biodiversidade. Durante esse mesmo evento, foi proposta, como próximo passo, a criação de um Painel Brasileiro de Biodiversidade – PainelBio com representantes de todos os setores, como um dos instrumentos de monitoramento da implementação das metas, geração de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades para o alcance das metas brasileiras de biodiversidade.
- (l) A proposta de 20 metas brasileiras de biodiversidade para 2020 resultantes dos Diálogos setoriais foi posteriormente apresentada para discussão na Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, que realizou ajustes antes de publicar as Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 na Resolução CONABIO nº 06, de 03 de setembro de 2013.

2. Plano de Ação Governamental → Subsídios para um Plano de Ação Governamental⁵

Histórico⁶

Em outubro de 2010, durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP-10 da CDB, realizada em Nagoia-Japão, os países aprovaram o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período 2011-2020, que inclui as Metas Globais de Biodiversidade para 2020, conhecidas como Metas de Aichi. A partir dessas Metas, como relatado na seção anterior, o Brasil definiu seu conjunto de 20 Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 dentro de um esforço para ampliar o diálogo entre os diferentes setores da sociedade civil.

A partir daí, no final de 2011 uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG/SPI e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO gerou a iniciativa da construção de um Plano de Ação para implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade. Uma vez que a responsabilidade de cumprir os compromissos com a CDB é de todos os setores da sociedade, essa iniciativa foi impulsionada pela necessidade de internalizar as metas de biodiversidade em todos os setores, para que seja possível minimizar ou mesmo cessar as crescentes perdas de biodiversidade verificadas no país. Embora esse desafio envolva

⁵ MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

⁶ Além da referência anterior e de entrevistas com técnicos da SBF: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2014. Plano de Ação para Alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade 2020. Documento preliminar interno do MMA, 86 p.

todo o governo, o setor privado e toda a sociedade, como primeira etapa essa parceria focalizou seus esforços na organização e estabelecimento das bases necessárias para a montagem de um Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, envolvendo todos os setores governamentais federais.

Entretanto, como descrito abaixo, ao longo do rico processo de discussão desenvolvido pelo Governo Federal foi tomada uma decisão estratégica de transformar o resultado do processo até 2014 em subsídios para um Plano de Ação Governamental que pudesse fornecer diretrizes para a preparação do ciclo seguinte do PPA (2016-2019), finalizando o Plano de fato com base em uma atualização das análises e discussões a partir do novo PPA.

Governança do processo

O processo de levantamento de informações e liderança das discussões foi coordenado pelo MMA com apoio do FUNBIO e em parceria com o MPOG.

Participaram do processo de construção, nas suas diferentes etapas até o final de 2014, 20 Ministérios e Secretarias da Presidência da República e 13 órgãos vinculados:

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO; Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; Fundação Nacional de Saúde – Funasa; Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM; Secretaria de Portos da Presidência da República; Secretaria de Comunicação Social – Secom/PR; Casa Civil/PR; Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE; Ministério de Minas e Energia – MME; Ministério da Fazenda – MF; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ministério das Cidades – MCidades; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Ministério da Defesa – MD; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministério da Integração Nacional – MI; Ministério da Cultura – MinC; Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; Ministério das Relações Exteriores – MRE; Ministério da Saúde – MS; Ministério dos Transportes – MT; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Ministério do Meio Ambiente – MMA e suas vinculadas: Agência Nacional das Águas – ANA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ e Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Execução do processo⁷

O Modelo Lógico adotado para a preparação do Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade parte da construção do entendimento do Governo Federal sobre o problema da perda da biodiversidade e da consolidação deste em uma árvore de problemas.

Para construir esse entendimento, primeiramente foram realizadas 40 entrevistas com representantes de 17 Ministérios, para fazer um levantamento das políticas públicas em andamento (PPA 2012-2015) no âmbito do Governo Federal que interferem – de maneira positiva ou negativa – com a biodiversidade. Em paralelo, foram realizadas

⁷ MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

diversas reuniões com o setor ambiental do Governo Federal para sintetizar os principais elementos que deveriam ser discutidos em âmbito interministerial para a construção e implementação do Plano de Ação Governamental.

Foram ainda realizadas 19 entrevistas com dirigentes e pessoas chave integrantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Integração Nacional; e Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados (ICMBio, SFB, IBAMA, JBRJ e ANA). Essas agências foram entrevistadas por estarem mais diretamente ligadas ao tema. As entrevistas buscaram identificar a visão do Governo Federal sobre as causas e consequências relacionadas ao problema da perda de biodiversidade.

Com base nessa visão e no levantamento de políticas públicas tendo como referência o PPA 2012-2015, foi montada uma árvore de problemas com as causas e consequências da perda de biodiversidade. A partir das 19 entrevistas⁸ foram identificadas 87 causas de perda de biodiversidade. A redação das causas identificadas nas entrevistas foi aprimorada de modo a possibilitar o agrupamento de idéias muito semelhantes e facilitar a montagem da árvore de problemas. No entanto, nos casos onde o agrupamento poderia resultar em perda de conteúdo, optou-se pela manutenção das causas de forma independente. A estrutura resultante do modelo conceitual para enfrentamento do problema da perda de biodiversidade foi configurada em três eixos estratégicos ou causas primárias, que foram desdobradas e detalhadas em um conjunto de 158 causas secundárias, terciárias, quaternárias, quinárias e até de sexto nível: (i) Eixo 1 – Conservação, com 33 causas; (ii) Eixo 2 – Habitat, com 60 causas; e (iii) Eixo 3 – Valorização, com 65 causas.

Essas informações foram organizadas para cada eixo em uma hierarquia em torno do problema central (a perda de biodiversidade) no formato de uma árvore de problemas pré-montada. Os três eixos da árvore foram trabalhados durante seis oficinas envolvendo o Ministério do Meio Ambiente e órgãos vinculados, e MPOG por meio da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MPOG, em parceria com o FUNBIO.

Nas seis oficinas de trabalho realizadas de maio a setembro de 2012, foram discutidas e reconstruídas todas as relações causais, de acordo com o entendimento do grupo, buscando desta forma garantir a coerência e consistência na pré-montagem da árvore de causas. Essa árvore pré-montada foi então submetida à discussão e validação pelos diferentes setores do Governo Federal em oficinas interministeriais.

Nessa fase, as relações causais identificadas durante as entrevistas e reconstruídas na pré-montagem foram revisadas, ajustadas e validadas junto aos representantes dos Ministérios e órgãos vinculados presentes nas oficinas, resultando na construção da primeira versão da árvore de problemas. Essa versão foi revisada para adequar os textos das causas de forma a tornar mais claras as relações com os problemas decorrentes da perda da biodiversidade, bem como para eliminar causas repetidas ou redundantes no mesmo ramo da árvore, resultando em uma nova versão, que teve em seguida as causas priorizadas como descrito mais adiante (Figuras 1, 2 e 3).

⁸ O relatório das entrevistas ficou pronto em abril de 2012.

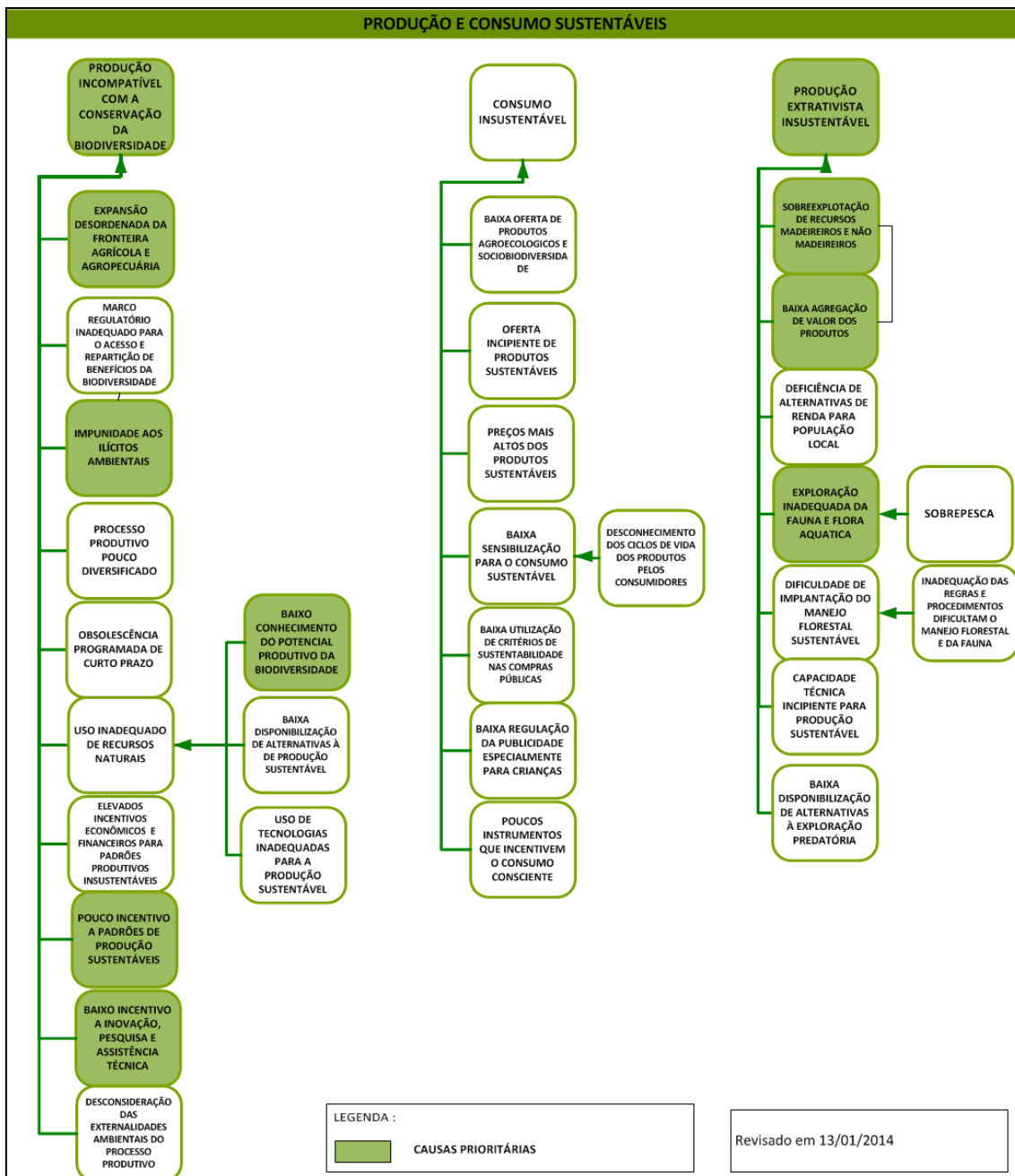


Figura 1: Causas da perda de biodiversidade para o Eixo 1 – Conservação, com indicação das causas prioritárias.

Fonte: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

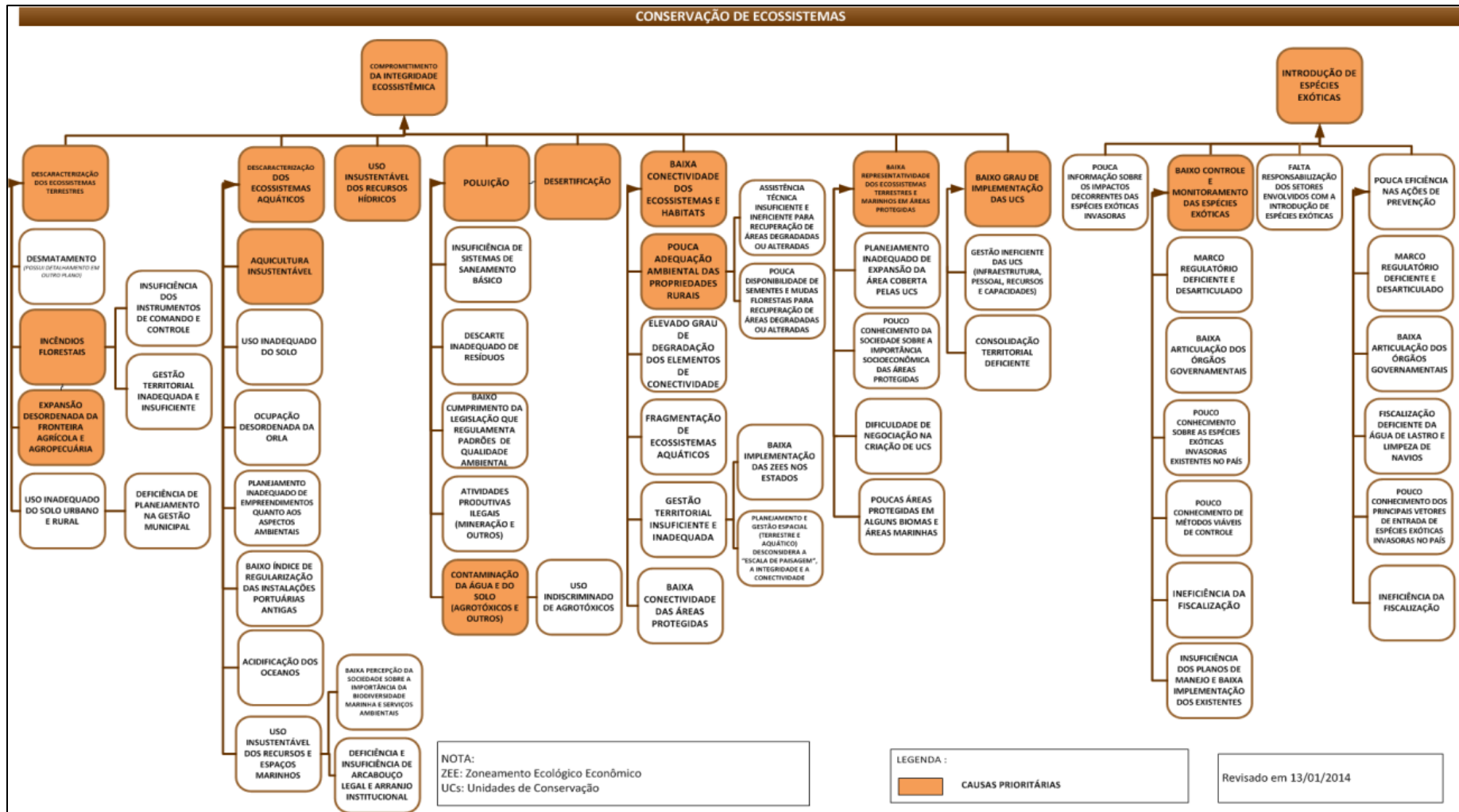


Figura 2: Causas da perda de biodiversidade para o Eixo 2 – Habitats, com indicação das causas prioritárias.

Fonte: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

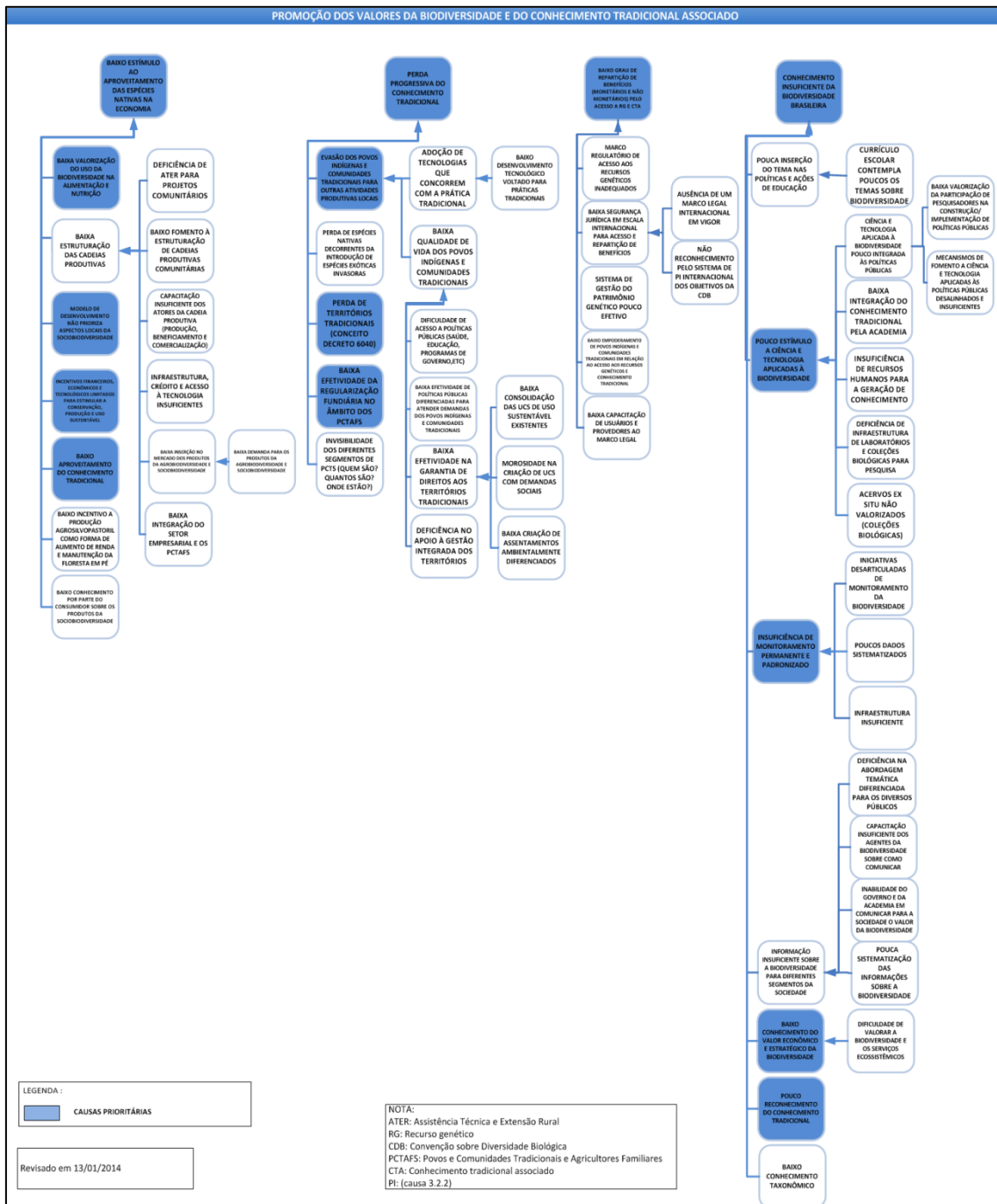


Figura 3: Causas da perda de biodiversidade para o Eixo 3 – Valorização, com indicação das causas prioritárias.

Fonte: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

Foram ainda identificadas 26 consequências do processo de perda de biodiversidade, sendo a extinção de espécies e a perda de conhecimento tradicional as mais perceptíveis, na opinião do Governo Federal. As entrevistas também levantaram as percepções sobre as vulnerabilidades e elementos do contexto que limitam o processo de construção e implementação do Plano de Ação Governamental, para subsidiar a definição de ações necessárias nas demais etapas de elaboração, implementação e monitoramento do Plano:

- Limitações no processo de construção e implementação do Plano:
 - Falta de recursos financeiros;
 - Número excessivo de metas;
 - Falta de coordenação com outros setores;
 - Entendimento de que o Plano é um produto final;
 - Plano deveria ser transformado em lei; e
 - Congresso deveria acompanhar sua execução.
- Limitações relacionadas a elementos de contexto:
 - Mudança de governo e/ou orientação política;
 - Baixos índices de educação;
 - Momento de crescimento econômico do país;
 - Crise econômica;
 - Ignorância da população sobre questões ambientais; e
 - Desconhecimento do que é biodiversidade, sua importância e valor.

Durante a realização das entrevistas, as percepções sobre as vulnerabilidades tiveram ampla variação, mas a questão do isolamento do setor ambiental de outros setores foi convergente entre quase todos os entrevistados. Foram citadas questões como a inserção inadequada da temática ambiental na agenda do governo, a dificuldade de engajar setores que geram impactos na biodiversidade, bem como o predomínio de um modelo de desenvolvimento socioeconômico sem uma perspectiva de sustentabilidade e com uma visão de curto prazo.

Priorização das causas: Como passo seguinte, para ajudar a identificar e priorizar as atividades que serão levantadas para a construção do Plano de Ação, foi realizada uma correlação entre as Metas Nacionais de Biodiversidade e as causas identificadas e agrupadas nos três eixos da árvore de problemas (Figura 4), para identificar as causas mais abrangentes e impactantes que devem ser tratadas com maior urgência.

MATRIZ DE CORRELAÇÃO – CAUSAS x METAS NACIONAIS		METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE																				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
EIXOS	Causas																					
1. Modelo de Produção e Consumo Incompatível com a Conservação	33 Causas																					
2. Perda, Degradação e Fragmentação de Habitats	60 Causas																					
3. Baixa Valorização da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado	65 Causas																					

Figura 4: Matriz de correlação entre as causas da perda de biodiversidade e as metas nacionais de biodiversidade para 2020.

Fonte: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

Uma vez identificadas todas as causas que afetam cada meta, a análise da contribuição das causas em relação às Metas utilizou um critério de ponderação de forma a reconhecer a importância das causas hierarquicamente superiores na árvore de problemas, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1: Critério de ponderação utilizado na priorização de causas

NÍVEL DAS CAUSAS	PESOS UTILIZADOS		
	EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3
Primária	4	5	6
Secundária	3	4	5
Terciária	2	3	4
Quaternária	1	2	3
Quinária	--	1	2
Sexto	--	--	1

Fonte: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

A correlação realizada entre as Metas Nacionais de Biodiversidade e a árvore de problemas evidenciou as causas mais relevantes para o alcance do conjunto das Metas Nacionais, uma vez que o método de priorização adotou a seleção de 25% das causas com maior pontuação (após ponderação) em cada eixo. As 41 causas prioritárias estão evidenciadas nas Figuras 1 a 3, mostradas anteriormente. Este resultado foi enviado no início de abril de 2015 (antes da primeira reunião do PPA) a todos os Ministérios e divulgado internamente no MMA e órgãos vinculados, oferecido como subsídio para a identificação e inserção de ações prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade pelos Ministérios na construção do PPA 2016-2019, solicitando especial atenção às causas prioritárias.

Ações que contribuem para combater as causas da perda de biodiversidade: Em preparação para a construção de um Plano de Ação para a Estratégia Nacional, foi realizada também uma pré-análise de suficiência das ações governamentais existentes para atingir o objetivo de combater efetivamente as causas da perda de biodiversidade. Com base nas ações do PPA 2012-2015, os diferentes Ministérios e órgãos vinculados informaram 1.303 ações que, na opinião deles, poderiam contribuir de alguma forma para esse objetivo.

Essas ações foram primeiramente agrupadas por tipo de ação. Em seguida, as ações de cada grupo foram analisadas individualmente com relação a todas as causas, para avaliar sua capacidade de efetivamente combatê-las. Essa análise resultou em uma lista de ações existentes com maior capacidade de impacto sobre as causas de cada eixo, como mostrado na Tabela 2.

Tabela 2: Tipos de ação existentes (PPA 2012-2015) em todos os setores com maior potencial para combater as causas da perda de biodiversidade em cada eixo da árvore de problemas.

Eixo 1 – Produção e Consumo Sustentável
Assistência técnica; Educação ambiental; Fomento à produção sustentável; Incentivos financeiros; Regulamentação; e Unidades produtoras e/ou demonstrativas.
Eixo 2 – Conservação de Ecossistemas
Autorização, anuência e licenciamento; Criação e gestão de UCs; Planejamento e ordenamento territorial; Restauração e recuperação;

Regulamentação;
Diagnóstico e mapeamento;
Educação ambiental;
Fiscalização e controle;
Fomento à produção sustentável;
Assistência técnica; e
Manejo.

Eixo 3 – Promoção dos Valores da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado

Desenvolvimento e difusão de tecnologia;
Estudos, pesquisas e desenvolvimento;
Incentivos financeiros;
Fomento à produção sustentável;
Gestão do conhecimento;
Repartição de benefícios;
Avaliação e monitoramento; e
Formulação e implementação de políticas.

Fonte: Modificado de: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

Essa análise das ações existentes com maior potencial para combater as causas da perda de biodiversidade, juntamente com a lista de causas prioritárias a serem combatidas, forma uma base importante para a preparação do Plano de Ação Governamental, permitindo uma análise de lacunas e a identificação das ações prioritárias para compor o Plano.

Proposta de estruturação do Plano de Ação: O trabalho realizado até o início de 2015 e que resultou nos Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19 resultou também em uma proposta de estruturação para o Plano de Ação a ser preparado. Com base nessa proposta, o item 4 (Proposta metodológica para atualização da EPANB) propõe algumas complementações.

3. Análise de lacunas – Situação Atual e Próximos Passos

Um dos maiores desafios da conservação da biodiversidade é obter o engajamento efetivo de todos os setores da economia e da sociedade na luta para alcançar um modelo de desenvolvimento humano que seja de fato sustentável, ou seja, que preserve as bases naturais (equilíbrio ambiental, biodiversidade e outros recursos naturais) das quais dependem esse desenvolvimento e a própria vida humana.

Tanto os Diálogos sobre Biodiversidade quanto o processo que resultou na produção de subsídios para a preparação do Plano de Ação Governamental representaram avanços significativos, liderados pelo setor ambiental, no envolvimento de outros setores em processos participativos de planejamento para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. O amadurecimento e avanços do setor ambiental, no entanto, não são suficientes para enfrentar um desafio dessas proporções e cuja complexidade extrapola o alcance de um setor isolado. O apoio de outros setores governamentais é necessário para aprimorar os processos de forma a alcançar o engajamento efetivo dos demais setores nos esforços para alcançar os objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade, e acertar o passo nos processos de planejamento, implementação e monitoramento das ações para alcançar esses objetivos, de forma que o planejamento para o ciclo seguinte seja iniciado antes do término do ciclo anterior.

É relevante mencionar que os Diálogos sobre Biodiversidade, além de terem representado um dos maiores processos participativos realizados para a biodiversidade,

teve como pontos muito positivos a inclusão de todos os setores e as reuniões preparatórias com povos indígenas e comunidades tradicionais, que contribuíram para sua participação mais efetiva no processo. Em contraponto, o processo foi iniciado tardiamente, já que as metas anteriores de biodiversidade terminaram seu ciclo em 2010 e o processo dos Diálogos para construção das novas metas terminou em 2011. As novas metas para 2020 só foram aprovadas em setembro de 2013, o PainelBio só foi criado em 2014 e a definição de indicadores para as novas metas ainda está em curso em meados de 2015.

Os esforços participativos, liderados pelo setor ambiental, para a construção do Plano de Ação Governamental (que deveria nortear o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020) foram iniciados em 2012 e, em 2014, foram transformados em subsídios para a preparação do Plano de Ação e do PPA 2016-2019, faltando ainda concluir um Plano de Ação de fato. A atualização da EPANB, da qual esses passos fazem parte, ainda está em curso, com conclusão prevista para final de 2015.

A importância de concluir o atual ciclo de atualização da Estratégia Nacional de Biodiversidade, bem como de aprimorar esse processo, aumenta quando consideramos que a avaliação qualitativa de meio termo do progresso brasileiro para o alcance das Metas Nacionais, realizado para o 5º Relatório Nacional para a CDB, indica que, mantidas as atuais tendências, o Brasil poderá não alcançar parte das metas estabelecidas.

Apesar dos atrasos, as atuais iniciativas representam avanços importantes: embora sejam processos difíceis, muitas lições aprendidas estão sendo aplicadas para melhorar a definição de metas e indicadores e iniciar um ciclo de atualização, implementação e monitoramento da Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade. As iniciativas estão de fato envolvendo outros setores, embora esse envolvimento precise ainda amadurecer para uma colaboração e integração tal que produza resultados efetivos no alcance dos objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade e combate às causas da perda de biodiversidade.

Portanto, os próximos passos propostos com relação à atualização da EPANB são:

- Organizar a Estratégia Nacional de Biodiversidade em um documento próprio (ver item 4 – Proposta metodológica para atualização da EPANB);
- Com base no trabalho iniciado, concluir o desenvolvimento de um Plano de Ação Governamental para implementação da EPANB;
- Discutir a EPANB proposta com o PainelBio, para aprimoramento;
- Submeter a EPANB a um processo mais amplo de consulta;
- Submeter a EPANB à aprovação pela CONABIO por meio de uma Resolução;
- Atualizar o Plano de Ação com base no novo PPA 2016-2019;
- Definir um tipo adequado de normatização para a Estratégia Nacional que seja hierarquicamente superior a uma Resolução da CONABIO, mas que permita suas atualizações periódicas, fortalecendo desta forma a Estratégia e facilitando o envolvimento dos demais setores em sua implementação;
- Planejar, em tempo hábil, o próximo ciclo de atualização da EPANB.

Integrando os resultados dos esforços participativos obtidos até o momento e os próximos passos identificados, o item seguinte apresenta uma proposta metodológica para dar seguimento ao processo de atualização da EPANB.

4. Proposta metodológica para atualização da EPANB

Até hoje, o Brasil considera o grande conjunto de políticas e normativas da área ambiental como a sua Estratégia Nacional de Biodiversidade, conforme detalhado no 4º Relatório Nacional para a CDB. Com base no Plano Estratégico da CDB, o Brasil agora busca consolidar em um documento único de referência uma estratégia que indique de forma clara a visão e as metas nacionais para a biodiversidade e como interagem as políticas e normativas do setor, os papéis dos diferentes atores, e os Planos de Ação para implementação da Estratégia e alcance das Metas, entre outros itens informativos e operacionais.

Embora materializada em um documento de referência, a Estratégia Nacional de Biodiversidade é de fato um processo dinâmico, que deve estar em constante implementação e monitoramento, e deve passar por revisões participativas periódicas. A periodicidade deve seguir, pelo menos, os ciclos das Metas Nacionais de Biodiversidade, embora os Planos de Ação da Estratégia possam ser atualizados com maior frequência, conforme necessário. Ainda, mais do que um documento único, a Estratégia Nacional de Biodiversidade se refere a um conjunto de elementos direcionadores que orientam e balizam os esforços brasileiros para a conservação da biodiversidade.

Mais do que simplesmente adotar os direcionamentos do Plano Estratégico da CDB, o processo de atualização da EPANB realizado pelo Brasil resulta também em benefícios para a biodiversidade e para o desenvolvimento econômico sustentável, gerados pelo intenso processo de diálogo entre os diversos setores e grupos de interesse envolvidos na iniciativa de revisão e atualização, a partir do qual são construídos importantes debates e entendimentos sobre os caminhos do país para implementar a Convenção.

Esses passos representam uma adaptação, às condições específicas e complexidades brasileiras, do processo de planejamento da biodiversidade de sete etapas (Figura 5) sugerido nas Diretrizes Nacionais para Planejamento da Biodiversidade preparadas por WRI, IUCN e UNEP⁹ e recomendadas pela 2ª Conferência das Partes da CDB, em 1995, realizada em Jacarta, Indonésia.

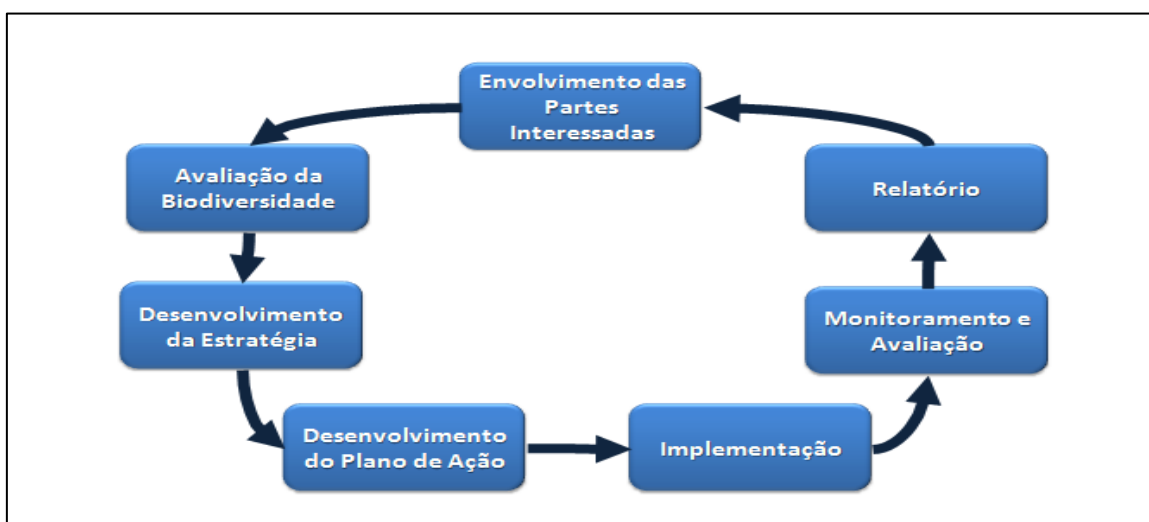


Figura 5: Modelo de planejamento da conservação da biodiversidade.

Fonte: Adaptado de: Miller, K.R. and S. M. Lanou. 1995. National Biodiversity Planning: Guidelines Based on Early Experiences around the World.

⁹ WRI = World Resources Institute; IUCN = International Union for Conservation of Nature; UNEP = PNUMA = United Nations Environment Programme.

Essas diretrizes apresentam o planejamento da biodiversidade como um processo cíclico e adaptável, considerando seu horizonte de longo prazo e a importância de alinhamento com o manejo adaptativo promovendo o aprendizado constante com sua implementação e com as informações oriundas do seu monitoramento e avaliação. Entretanto, o modelo proposto para a construção da Estratégia e Planos de Ação não é prescritivo, ou seja, cada Parte deve avaliar a melhor forma de executar estas etapas, tendo em conta as condições específicas de seu país e os recursos disponíveis.

Desta forma, dando prosseguimento aos resultados obtidos até o momento, os próximos passos sugeridos estão resumidos no cronograma abaixo (Tabela 3).

Tabela 3: Proposta de próximos passos e cronograma no processo de atualização da EPANB

Passo	Atores	Prazo
Concluir a preparação da versão preliminar do Plano de Ação Governamental	MMA	Junho 2015
Concluir o processo de definição de indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade 2020	MMA, UICN, PainelBio, Conabio, especialistas convidados (apoio: GIZ, MCTI, PNUMA)	Julho 2015
Concluir a preparação da versão preliminar do documento da EPANB	MMA	Julho 2015
Discussão e aprimoramento da versão preliminar da EPANB	MMA e vinculadas	Agosto 2015
Integrar os comentários recebidos na EPANB	MMA	Agosto 2015
Discussão e aprimoramento da versão revisada da EPANB	PainelBio, Conabio	Agosto 2015
Integrar comentários recebidos na EPANB	MMA	Agosto 2015
Consulta pública sobre a EPANB	Internet - Lista de distribuição a ser preparada pelo MMA.	Setembro 2015
Concluir preparação dos Planos complementares (mobilização de recursos, comunicação, capacidade humana e tecnológica)	MMA	Setembro 2015
Preparação da versão final de trabalho da EPANB	MMA	Set-Out 2015
Submeter documento à aprovação do GM MMA e da Conabio	MMA, Conabio	Outubro 2015
Atualização do Plano de Ação de acordo com PPA 2016-2020	MMA, MPOG	Janeiro 2016
Coordenar processo de monitoramento e atualizações periódicas	MMA	A partir de janeiro 2016

Proposta de conteúdo para o documento da NBSAP

A estrutura proposta para o documento está apresentada na Tabela 4 abaixo, e detalhada a seguir:

Tabela 4: Estrutura proposta para a NBSAP atualizada.

1. Introdução
2. Estratégia Nacional de Biodiversidade
2.1. Visão de longo prazo
2.2. Missão para 2020
2.3. Princípios que regem a estratégia
2.4. Principais objetivos
2.5. Metas nacionais de biodiversidade 2020
3. Plano de Ação
3.1. Eixos do Plano de Ação
3.2. Objetivos Estratégicos
3.3. Contribuições para as metas nacionais

3.4. Causas da perda de biodiversidade priorizadas
3.5. Atividades planejadas
3.6. Órgão responsável
3.7. Parceiros
3.8. Orçamento PPA
3.9. Outros orçamentos
4. Planos de Aplicação
4.1. Plano de Mobilização de Recursos
4.2. Plano de Capacidade Humana e Tecnológica
4.3. Plano de Comunicação
4.4. Plano de Monitoramento, Avaliação e Revisões Periódicas
5. Operacionalização
5.1. Estruturas de coordenação nacional
5.2. Mecanismo de intercâmbio de informações
Anexo 1: Processo de Construção da NBSAP
Anexo 2: Resoluções da Conabio (Metas e aprovação da NBSAP)
Anexo 3: Estratégias sub-nacionais e setoriais
Anexo 4: Quadro legal e institucional

Item 1: Introdução

Abertura apresentando a NBSAP:

- ✓ O que é a NBSAP e sua relevância frente à importância fundamental da biodiversidade para o país. Mencionar também que, durante o processo de atualização da NBSAP, além das principais causas da perda, foram identificadas 26 consequências do processo de perda de biodiversidade, sendo a extinção de espécies e a perda de conhecimento tradicional as mais perceptíveis, na opinião do Governo Federal;
- ✓ O que é a CDB e quais são os compromissos nacionais;
- ✓ Antecedentes e resumo do processo de preparação da NBSAP;
- ✓ Lições aprendidas;
- ✓ Próximos passos: implementação, monitoramento, avaliação e revisão.

Item 2: Estratégia Nacional de Biodiversidade

(2.1) *Visão de longo prazo:*

- ✓ Um ou dois parágrafos identificando e explicando a visão de longo prazo (2050) para a NBSAP.
- ✓ Versão preliminar da visão de longo prazo a ser trabalhada: Até 2050, a biodiversidade brasileira e os serviços ecossistêmicos serão valorizados e estarão sendo conservados, adequadamente restaurados e utilizados de forma sustentável, e a sociedade brasileira estará consciente de seu valor intrínseco e de sua contribuição essencial para o bem-estar humano e prosperidade econômica no presente e no futuro.

(2.2) *Missão para 2020:*

- ✓ Um ou dois parágrafos identificando e explicando a missão para 2020: implementação dos Planos de Ação para cumprimento das Metas Nacionais e para avançar no alcance dos objetivos estratégicos da CDB.
- ✓ Missão preliminar a ser trabalhada: Tomar medidas necessárias e urgentes para atingir a internalização das Metas Nacionais de Biodiversidade em todos os

setores da sociedade, de forma a obter a integração necessária de todos os atores para combater as causas da perda de biodiversidade e alcançar as Metas Nacionais de Biodiversidade dentro do prazo acordado.

(2.3) Princípios e diretrizes que regem a Estratégia:

Descrição dos valores e crenças fundamentais (princípios) que servem de base à NBSAP, com base nos 20 princípios da Política Nacional de Biodiversidade (Decreto nº 4.339/2002)¹⁰ e com atualização ou complementação dos temas, conforme necessário, abordando, por exemplo: o valor intrínseco e a importância vital da biodiversidade, bem como sua importância fundamental para a sustentação dos processos de desenvolvimento econômico; o princípio da responsabilidade compartilhada de toda a sociedade sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade; o princípio da precaução; o reconhecimento e respeito à diversidade cultural e conhecimentos tradicionais, entre outros.

Descrição das diretrizes da Estratégia, com base nas 09 diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade (PNB) e com atualização ou complementação dos temas, conforme necessário, abordando, por exemplo: a importância fundamental de prevenir e combater em sua origem as causas da perda de biodiversidade; a sustentabilidade da utilização dos componentes da biodiversidade; entre outras.

(2.4) Principais objetivos:

Objetivo geral:

Tal como a PNB, a Estratégia Nacional de Biodiversidade deve ter como objetivo geral a promoção, de forma integrada, da conservação da biodiversidade e da utilização sustentável de seus componentes, com a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos.

Os objetivos específicos devem ser definidos a cada ciclo, orientando-se pelo Plano Estratégico da CDB para cada ciclo, e com base na revisão das Metas Nacionais de Biodiversidade. Para o atual ciclo (2011-2020), os objetivos específicos são:

- Objetivo Estratégico A – Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade.
- Objetivo Estratégico B – Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável.
- Objetivo Estratégico C: Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.
- Objetivo Estratégico D: Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos.
- Objetivo Estratégico E: Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.

Para atingir esses objetivos, a Estratégia deve promover a implementação do Plano de Ação e dos Planos de Aplicação, propostos mais adiante.

¹⁰ www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm

(2.5) Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020:

Nesse item serão apresentadas as seguintes informações, para cada uma das 20 atuais Metas Nacionais de Biodiversidade:

- Texto da Meta;
- Resumo do status atual de implementação, com base na avaliação apresentada no 5º Relatório Nacional para a CDB;
- Os indicadores definidos para cada Meta, conforme resultados dos *workshops* do PainelBio para definição de indicadores (realizados em 2014-2015).

Os indicadores compilados serão apresentados de forma mais detalhada no Plano de Ação.

Item 3: Plano de Ação

As entrevistas realizadas no início da preparação dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental¹¹ foram aproveitadas para levantar as expectativas em relação à elaboração de um Plano de Ação para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Uma das expectativas levantadas foi o desejo de construção de um plano que seja capaz de integrar e ser integrado (um “plano de Estado”), negociado e pactuado com todos os envolvidos.

Nas etapas subsequentes, o MMA, como líder do processo, vem se esforçando para obter a participação de todos os setores, como forma de buscar essa negociação e pactuação. Entretanto, o texto final da Estratégia, bem como de seu Plano de Ação, ainda deve passar por negociações nas esferas mais altas de gestão dos setores governamentais. Para o ciclo atual (2011-2020), embora o setor privado, terceiro setor, povos indígenas e comunidades tradicionais venham participando com representação limitada nas etapas de definição de indicadores para as Metas Nacionais, o Plano de Ação deve resultar principalmente em ações governamentais, adiando para o próximo ciclo a preparação de um Plano de Ação mais abrangente, com ações pactuadas com o setor privado e outros setores da sociedade.

O enfrentamento das causas identificadas na árvore de problemas representa os resultados a serem buscados pelo Plano de Ação e explicita a estratégia para reverter a perda de biodiversidade brasileira. Ainda, como veículo de implementação da Estratégia Nacional de Biodiversidade, o Plano de Ação deve responder à pergunta: o que precisa e pode ser realizado para que as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 sejam alcançadas?

Desta forma, a proposta é que o Plano de Ação seja estruturado em quatro eixos:

- Três eixos baseados nos eixos da árvore de problemas construída;
- Um quarto eixo baseado na gestão da Estratégia e monitoramento dos indicadores das Metas Nacionais de Biodiversidade.

Os três eixos fundamentados na árvore de problemas devem ser atualizados logo que o PPA 2016-2019 for concluído, uma vez que o trabalho até o momento foi baseado no PPA vigente (2012-2015).

¹¹ MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

A estrutura proposta para o Plano de Ação está detalhada abaixo. A implementação do Plano de Ação deve ser apoiada pela implementação dos Planos de Aplicação, que devem assegurar os recursos financeiros, humanos e tecnológicos necessários para a implementação da EPANB.

Estrutura proposta para o Plano de Ação para o ciclo 2011-2020:

A estrutura apresentada a seguir está baseada na estrutura apresentada no documento dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental¹², acrescida da proposta de algumas complementações.

- 1) Eixos do Plano de Ação: constituídos pela estrutura dos três eixos da árvore de problemas construída, com um quarto eixo baseado na gestão da Estratégia e monitoramento dos indicadores das Metas Nacionais de Biodiversidade. Esse quarto eixo deve conter (i) ações dedicadas a combater as vulnerabilidades e elementos do contexto, identificadas no processo de preparação dos subsídios para o plano de ação. Essas ações devem também estar fundamentadas nos princípios para internalização das Metas Nacionais de Biodiversidade¹³, (ii) ações de monitoramento dos indicadores das Metas, e (iii) ações para o desenvolvimento de novos indicadores conforme recomendações dos processos participativos.
- 2) Objetivos Estratégicos: constituídos pelas causas primárias reescritas como resultados estratégicos a serem alcançados para o seu enfrentamento;

No caso do Eixo 2, em função da sua estrutura, na causa primária 2.1. “Comprometimento da Integridade Ecosistêmica” deve ser adotada uma organização diferenciada onde as causas secundárias serão utilizadas como Objetivos Estratégicos para organizar as atividades e manter a estrutura do Plano de Ação.

- 3) Contribuições para as Metas Nacionais: sinalização das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 impactadas com o alcance do Objetivo Estratégico;
- 4) Causas da Perda de Biodiversidade Priorizadas: identificação das causas da perda de biodiversidade relacionadas ao objetivo estratégico que foram priorizadas;

Planejamento das Atividades: Exemplos de atividades previstas no PPA 2012-2015 são apresentados:

- 5) Atividades Planejadas: descrição das atividades, iniciativas ou mesmo programas;
- 6) Órgão Responsável: identificação do órgão responsável pela execução da atividade;
- 7) Parceiros: apresentação de outros órgãos e instituições que participam da realização da atividade e/ou que precisarão ser articulados para viabilizar a sua implementação;
- 8) Orçamento PPA: indicação do recurso orçamentário previsto no Orçamento para a atividade, considerando não o investimento total da ação, mas o valor referente

¹² Proposta no documento: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p

¹³ Resolução CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013.

àquele recorte que impacta a perda da biodiversidade referente ao prazo necessário para a execução da iniciativa;

9) Outros Orçamentos (R\$): indicação dos recursos extra-orçamentários previstos para a atividade.

10) Indicador: indicador de progresso da ação.

Os campos dos três primeiros eixos do Plano de Ação serão preenchidos a partir das informações disponibilizadas pelos órgãos do governo federal. Os campos do quarto eixo serão preenchidos a partir dos resultados relacionados a vulnerabilidades para implementação da EPANB e aos princípios e indicadores das Metas Nacionais, identificados a partir dos processos de preparação dos subsídios para o plano de ação e de definição de indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade.

Além dos indicadores atualmente em desenvolvimento para as Metas Nacionais de Biodiversidade, este Plano de Ação deve também definir indicadores de implementação para cada um dos quatro eixos.

A Figura 6 abaixo mostra um modelo do Plano de Ação. Os números de 1 a 10 se referem ao conteúdo descrito nos parágrafos acima.

1	EIXO:			
2	OBJETIVO ESTRATÉGICO:			
3	CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS			
	1	2	3	4
	5	6	7	8
	9	10	11	12
	13	14	15	16
	17	18	19	20
4	CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)			

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES PLANEJADAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	PARCEIROS	ORÇAMENTO PPA (R\$)	OUTROS ORÇAMENTOS (R\$)	INDICADOR
5	6	7	8	9	10

Figura 6: Modelo do Plano de Ação

Fonte: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

Item 4: Planos de Aplicação

(4.1) Plano de Mobilização de Recursos:

Este plano será preparado com base nos produtos de duas consultorias separadas, que levantarão os recursos existentes para a biodiversidade, bem como a lacuna necessária

para implementação da NBSAP. O plano conterá ainda as possíveis fontes de recurso e estratégias para mobilização dos recursos necessários para implementação do Plano de Ação, do Plano de Capacidade Humana e Tecnológica, e do Plano de Comunicação.

(4.2) Plano de Capacidade Humana e Tecnológica:

Este plano será preparado com base no produto de uma consultoria separada. A partir de uma análise da situação existente, essa consultoria proporá a estratégia e as ações para construir as capacidades humanas e tecnológicas necessárias nos órgãos governamentais para viabilizar a implementação da EPANB, o cumprimento dos compromissos nacionais com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o atingimento das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020.

Deverão ser consideradas as lacunas de número e qualificação técnica de pessoal nos órgãos dos governos estaduais e federal, bem como as necessidades de coordenação entre os entes e as necessidades tecnológicas. Os órgãos a serem considerados devem ser tanto aqueles da área de meio ambiente (federais e estaduais), como aqueles (federais) que afetam direta ou indiretamente as questões tratadas pelas Metas Nacionais de Biodiversidade.

(4.3) Plano de Comunicação:

Este plano será preparado com base no produto de uma consultoria separada, a ser contratada para desenvolver um Plano de Comunicação e Divulgação da EPANB e das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, tendo como público alvo (i) os Ministérios e vinculadas federais de todos os setores; (ii) os órgãos do setor ambiental federal e estadual (Ministério do Meio Ambiente e vinculadas, e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs); e (iii) o grande público.

Considerando as ferramentas relevantes do programa de comunicação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – o CEPA (sigla em inglês para: *Comunicação, Educação e Conscientização Pública*), o Plano deve detalhar as atividades de comunicação, educação e sensibilização do público e dos tomadores de decisão sobre a EPANB e as Metas, compreendendo medidas de curto e longo prazo.

O objetivo do Plano deve ser transmitir, por meio de estratégias de comunicação direcionadas a cada público, a existência e relevância da EPANB e das Metas Nacionais e a importância do envolvimento efetivo de todos os públicos na implementação das mesmas, de forma a alcançar a internalização da EPANB e das Metas nas instituições governamentais federais de todos os setores e estaduais de meio ambiente, bem como a conscientização do público em geral sobre esses temas.

(4.4) Plano de Monitoramento, Avaliação e Revisões Periódicas:

Este Plano consolidará todas as ações, metas e indicadores da Estratégia Nacional de Biodiversidade. Os indicadores devem ter uma descrição completa de todos os itens necessários para sua clara compreensão e metodologia de mensuração. Embora para este ciclo talvez não seja possível, é recomendado que futuramente sejam atribuídos pesos aos indicadores, para facilitar a avaliação da efetividade da implementação da EPANB e do alcance de cada meta, por exemplo.

Este Plano deve conter uma tabela para monitoramento dos indicadores, definindo, minimamente:

- Eixo do Plano de Ação;
- Objetivo específico (Eixo 4);

- Meta (Eixo 4) ou Ação (Eixos 1-3);
- Nome do indicador;
- Descrição do indicador;
- Fonte dos dados;
- Instituição produtora do indicador;
- Justificativa e relevância do indicador para a meta ou ação;
- Metodologia e periodicidade de mensuração.

Com certa periodicidade, diversos aspectos da EPANB precisam ser avaliados e, com base nos resultados da avaliação, revisados para manter sua relevância em cada ciclo da Estratégia. Portanto, este Plano deve também conter um cronograma de avaliação e revisão, indicando minimamente:

- Aspecto da EPANB a ser avaliado e revisado (exemplo: Metas Nacionais de Biodiversidade, Plano de Ação, Missão e Objetivos, etc.);
- Processo de Avaliação e Revisão;
- Setores e atores que devem participar do processo;
- Periodicidade da avaliação e da revisão.

Item 5: Operacionalização

Este item deve descrever a governança da EPANB.

(5.1) Estruturas de coordenação nacional:

A estrutura institucional de governança será descrita, explicitando os papéis e responsabilidades centrais do MMA, PainelBio e CONABIO, bem como dos demais setores governamentais com ações de monitoria previstas na EPANB.

A responsabilidade fundamental de todos os setores (governamentais, privado, sociedade civil) na implementação do Plano de Ação e na avaliação e revisão dos elementos da EPANB será também descrita.

(5.2) Mecanismo de intercâmbio de informações:

Este item apresentará uma proposta de melhoria do mecanismo brasileiro de intercâmbio de informações para apoiar a implementação e o monitoramento da EPANB. Este mecanismo deve servir não apenas de apoio à EPANB, mas também para outros processos relacionados à biodiversidade no país, tais como a preparação dos relatórios nacionais para convenções de meio ambiente, as atualizações do mapa de áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, as atualizações das listas de espécies ameaçadas, e a disseminação de informações científicas sobre biodiversidade.

Anexo 1: Processo de Construção da NBSAP

Este anexo descreverá o processo de construção da NBSAP, desde a atualização das Metas Nacionais de Biodiversidade (Diálogos sobre Biodiversidade) e incluindo os processos de preparação dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental, de definição dos indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade, e de construção dos elementos e do documento da EPANB.

Anexo 2: Resoluções da CONABIO

Neste anexo será incluída a Resolução CONABIO n° 6, de 03 de setembro de 2013, que aprova as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, e a Resolução CONABIO que aprovar o documento da EPANB.

Anexo 3: Estratégias Sub-nacionais e Setoriais

Neste anexo serão resumidas as estratégias sub-nacionais existentes (estaduais, municipais, regionais e setoriais), bem como sua situação atual: em preparação ou em implementação. Por exemplo, as estratégias de São Paulo e da Mata Atlântica, entre outras. O levantamento dessas estratégias está sendo realizada por uma consultoria separada.

Anexo 4: Quadro Legal e Institucional

Neste anexo será resumido o quadro legal e institucional brasileiro para a biodiversidade. O ponto de partida serão as informações apresentadas no 4º Relatório Nacional para a CDB, que serão atualizadas com as mudanças institucionais e novas normativas que ocorreram desde 2010.
